
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

Instituto Universitário de Pesquisa
do Rio de Janeiro

Retorno a Babel

notas prévias a uma teoria do pessimismo

259

Recordando os pressupostos da teoria económica e das ideologias optimistas do desenvolvimento, reflecte-se sobre as condições em que os países em desenvolvimento poderiam vencer a distância que os separa do primeiro mundo sem uma reformulação da ordem internacional. Duvidando da hipótese de

um aumento da produtividade social por sucessivas revoluções tecnológicas e pela democratização da ciência, afirma-se em radical contradição com aquelas ideologias, que é possível produzir a modernização de um país e, ao mesmo tempo, aumentar a sua privação relativa em relação ao resto do mundo.

DURANTE as décadas de cinquenta e sessenta, o pensamento económico predominante reduzia a diversidade de países a uma tipologia simples e útil: países subdesenvolvidos estagnados, países desenvolvidos e, entre os dois extremos, os países em vias de desenvolvimento. Por razões que os ventos da descolonização africana e asiática dos anos cinquenta talvez possam explicar, aquele pensamento económico hegemónico era também optimista. Optimismo que as restaurações democráticas latino-americanas robusteciam.

Assumindo-se conveniente cláusula *coeteris paribus* em relação ao sistema internacional (à excepção da variável "termos de intercâmbio" ou "termos de troca"), admitia-se como expectativa perfeitamente racional que: 1) produzido apropriado diagnóstico das zonas de turbulência que impediam a modernização e o crescimento acelerados da economia; 2) formulado competente e consistente projeto de desenvolvimento, contemplando inclusivé as requeridas taxas de poupança e investimento, a distribuição setorial deste, a repartição das tarefas entre

Estado e iniciativa privada, e os instrumentos fiscais indutores desta; e 3) garantida a coalizão política que viabilizaria a implementação do projeto — então, ao cabo de um número n de anos, aqueles países em vias de desenvolvimento ingressariam na categoria de desenvolvidos.

Os indicadores que qualificam um país como desenvolvido constituem um compósito clássico de atributos sociológicos e econômicos da sociedade. Assim, são desenvolvidos países que detem as seguintes propriedades sociológicas: elevadas taxas de urbanização e de educação (na realidade o indicador analfabetismo zero ou quase zero era suficiente aqui), intensa divisão social do trabalho, crescente participação do trabalho feminino (reestruturação da família como micro unidade social básica), multiplicação acelerada de associações voluntárias, além de outras, não benéficas, mas que também evidenciam a emergência de uma sociedade moderna complexa, a saber, taxas crescentes de desquites e divórcios, elevação da incidência de distúrbios mentais urbanos, transformação da criminalidade e do alcoolismo/drogas em problema social de graves proporções. Economicamente os indicadores privilegiam o declínio relativo da contribuição do setor primário para a formação da renda nacional, em favor do sector secundário (indústrias) e do sector terciário (serviços), a transferência da mão de obra também do setor primário para o setor secundário, a elevada proporção da renda subtraída ao consumo e destinada a investimento, e, por fim, razoável relação produto/capital (P/K) a indicar justamente a maturidade industrial da economia.

Claro que outros aspectos da sociedade podiam caracterizá-la como subdesenvolvida ou em vias de desenvolvimento — por exemplo, mortalidade infantil, índices de saneamento, número de leitos hospitalares, etc. Mas estes não eram considerados essenciais no sentido específico de que, caso os problemas básicos fossem superados, naturalmente aquelas questões também o seriam em seu devido tempo. O contrário, todavia, não era verdadeiro: um país poderia fazer enorme esforço para reduzir a padrões exemplares sua taxa de mortalidade infantil sem deixar de ser subdesenvolvido.

Teleologicamente, a ideologia do desenvolvimento acreditava que ao fim do processo a quantidade e diversidade de bens disponíveis à sociedade estariam maiusculamente

aumentadas, enquanto a face nominal desse produto, a renda nacional, teria crescido significativamente e estaria melhor distribuída. Ingressar no mundo desenvolvido, portanto, equivalia a fazer crescer a renda nacional e a distribuí-la com mais equidade.

É tempo, contudo, de reintroduzirmos o sistema internacional a fim de que se revele a crucial premissa estratégica da ideologia do desenvolvimento, jamais discutida com a seriedade que merece. Durante o período em que os países em desenvolvimento estão produzindo as políticas supostamente aptas a produzir o desejado ingresso no primeiro mundo, os membros do primeiro mundo não ficam estagnados (concessão feita a uma que outra recessão), mas também estão aumentando seu produto, sua renda. Sendo assim, a idéia de que países em vias de desenvolvimento são países que passarão a ser desenvolvidos, não obstante o fato inegável de que os países já desenvolvidos continuarão a crescer, significa que, concretamente, em vias de desenvolvimento quer dizer *crescer a taxas de desconto*. Um país que aspira a ingressar no primeiro mundo não pode contentar-se somente com crescer, pois isto pode mantê-lo permanentemente na mesma posição relativa. Ele necessita descontar o *hiato* de renda per capita, em primeiro lugar (descontados os efeitos de escala do tamanho da economia e da população), e promover uma distribuição de renda capaz de alimentar a dinâmica indispensável ao crescimento continuado de uma economia moderna.

O otimismo ideológico das décadas de cinquenta e sessenta se sentia robusto pela suposição de que, mantida a cláusula *coeteris paribus* para o sistema internacional, as economias em vias de desenvolvimento seriam capazes de *descontar* a distância que as separava das desenvolvidas e atingir um patamar de renda per capita requerido pelo status de primeiro mundo, desde que uma sábia política econômica fosse promovida internamente. Pois bem, o objetivo deste texto, de ora em diante, é o de especular sobre as condições sob as quais seria *impossível* aos países em desenvolvimento descontar o hiato que os separa do primeiro mundo sem uma reformulação da ordem internacional. Em outras palavras, apenas políticas econômicas competentes e consistentes podem até mesmo fazer com que este ou aquele país venha a exibir os indicadores sociológicos e econômicos antes

mentados, e que serão característicos, sem que isso todavia tenha significado *desconto* em relação ao primeiro mundo. Ou seja: afirmo em radical contradição com a ideologia otimista do desenvolvimento, que é *possível* (não digo que é fatal) produzir a modernização de um país e, ao mesmo tempo, aumentar sua privação relativa em relação ao resto do mundo.

Compreendo que um argumento mais cabal apresentaria evidências empíricas que permitissem, por comparação entre alguns países, a visualização do simultâneo da modernização com crescente miséria relativa, figuradamente falando. Por pouca sorte, o projeto em que estou envolvido, tomando o Brasil como caso paradigmático desse fenômeno, ainda não está terminado e embora já tenha evidências sólidas que me permitem apresentar o país como modernizado, conforme todos os indicadores sociológicos clássicos, ainda não completei as comparações internacionais pertinentes. Esta a razão pela qual apresento apenas o esqueleto analítico do argumento. Devo também advertir desde logo que minha hipótese nada tem a ver com as teorias da dependência, ou do desenvolvimento ou subdesenvolvimento, ou quaisquer outras trivialidades servidas a granel durante os anos setenta.

II. O ingrediente mais relevante da cláusula *coeteris paribus* anteriormente assumida em relação ao sistema internacional diz respeito às taxas históricas de investimento dos países desenvolvidos e às oscilações na relação produto/capital desses mesmos países. O que se presumia é que, olhando-se as tendências pretéritas, podia-se admitir duas coisas: primeiro, que essas taxas de investimento e essa relação produto/capital continuariam a oscilar mais ou menos como no passado; segundo, que os países em vias de desenvolvimento poderiam alterar tanto suas taxas de investimento, quanto a relação produto/capital de tal modo que o *desconto* seria possível.

A primeira suposição, no que concerne à relação capital/produto, era perfeitamente razoável, tendo em vista o olhar retrospectivo dos últimos cem anos (1850-1950), período de vigência dos desdobramentos da primeira revolução industrial. Embora o computador já tivesse sido inventado, e a microelectrônica e a robótica engatinhassem, ninguém parece haver-se dado conta do fantástico

salto tecnológico — e, subsidiariamente, da relação P/K — que já fazia parte dos possíveis deste mundo.

A segunda suposição, relativa ao aumento das taxas de poupanças e investimento dos países em desenvolvimento, era mais do que racional, vistos os baixíssimos níveis de ambos nesses países. É bem verdade que, sendo *números* tão importantes quanto *percentagens*, a base real de que se está partindo é crucial para uma estratégia de desconto. Exemplo simples: se uma economia tem um PIB de 100, uma relação P/K de 2 e investe 10% do PIB, não adiantará a uma outra economia, com a mesma relação P/K , investir 20% (o dobro) do seu PIB, pois se seu PIB é 40, ao final a primeira terá crescido 20 e a segunda 16.

Alguns pequenos senões nas premissas básicas da estratégia do *desconto* não foram, à época, suficientes para abalar a confiança no diagnóstico e no prognóstico. Um modelo simples dá conta de como a estratégia se materializava. Os símbolos são os convencionais dos manuais de economia.

A renda de um país é igual a consumo mais investimento:

$$Y = C + I$$

Tomem-se agora dois países tais que:

País A — $I/P/K$ proporciona $x\%$ de crescimento do PIB

País B — $I/P/K$ proporciona $y\%$ de crescimento do PIB

Seja A um país desenvolvido e B um país em desenvolvimento. Assumir, a cláusula *coeteris paribus* em relação ao sistema internacional consistia em supor que I e P/K de A não se alterariam significativamente no futuro previsível. Se assim fosse, o problema do crescimento enquanto desconto poderia ser facilmente equacionável. Primeiro seria necessário conhecer — o que é factível — a magnitude da diferença de P/K de A em relação a P/K de B, isto é, a diferença da produtividade da economia de A em relação à de B. Isto conhecido, o segundo passo consistiria em formular uma política econômica tal que: a) subtraia ao consumo (C) de B uma magnitude de recursos que, estrategicamente investidos, consigam compensar as diferenças de P/K , e então b) $y\%$ do crescimento de B seja superior aos $x\%$ do crescimento de A. Ignorando para simplificar os efeitos populacionais, a recorrência por n anos do mecanismo acima descrito elevaria a renda do país B a valores incluídos no leque de dispersão dos países de tipo A.

Esta é obviamente uma estratégia de desconto que privilegia aumento substancial nos investimentos (I), comparativamente aos países já desenvolvidos, e que supõe que sua própria relação P/K tende a aprimorar-se, ainda que lentamente, autorizando a rósea expectativa de que em algum momento do futuro a continuação do desconto possa ser compatibilizada com *aumento do consumo*.

Não obstante a transparente racionalidade da estratégia e a sensatez das premissas, por que — e excluindo-se o caso do Japão, por razões especialíssimas —, nenhum país em vias de desenvolvimento das décadas de cinquenta e sessenta conseguiu chegar a bom termo? (Estou excluindo deste conjunto todos os casos estranhos, isto é, países que não possuem economias integradas — por exemplo, a maioria dos membros da OPEP e os atualmente famosos “tigres asiáticos”). Terá sido estritamente por conta da instabilidade política, disparidades sociais exacerbadas, incompetência administrativa, corrupção? Em doses variadas, por certo tudo isso existiu e ainda existe naqueles países. Mas em doses variadas todos esses ingredientes também existiram no passado, e ainda hoje, nos países desenvolvidos. Sugiro a seguir uma outra hipótese.

Suponha-se que a diferença entre as P/K de A e B seja crescente, ao contrário de estável ou declinante, tal como a ideologia anterior assumida. Então, para cada unidade de investimento (I) de A será necessário número cada vez maior de unidades de investimento (I) de B para que aquele efeito compensador do modelo anterior seja obtido e, finalmente, que os y% do crescimento do PIB de B sejam superiores aos x% do crescimento do PIB de A. Aparentemente, bastaria compensar pelo volume do investimento a desvantagem do lado da relação P/K (que é um subproduto do desenvolvimento científico) e todo o modelo de desconto continuaria tendo vigência. Aparentemente.

O investimento (I), como se sabe, é a parte da renda nacional subtraída ao consumo. Aceitando-se a hipótese razoável de que existe um patamar mínimo absoluto de consumo, para uma população dada, haverá *ipso facto* um patamar superior para investimento, dados população e PIB. Agora bem, se a diferença entre as relações P/K de A e B for tal que o investimento (I) de B, necessário para compensar aquela diferença (sem considerar, portanto, a

hipótese bastante razoável e viável de A aumentar seu (I)), for superior ao investimento máximo possível ou, o que é a mesma coisa, exigir violação do consumo mínimo absoluto, então o país B pode modernizar-se, crescer, mas não descontinuará a diferença deixado a si próprio. É possível, portanto, a modernização de parte considerável dos países contemporâneos com a manutenção, e mesmo intensificação, da estratificação atual via privação relativa.

Sem dúvida, não é um princípio impossível que mediante autônomas e sucessivas revoluções tecnológicas os países em desenvolvimento consigam sem ajuda externa alterar drasticamente a relação P/K. Mas será razoável esperar por tal fenômeno? Estarão as universidades dos países em desenvolvimento preparadas para enfrentar o desafio contemporâneo da ciência?—A próxima seção, final, comenta com muita brevidade o que me parece ser um dos pontos cruciais da problemática da ciência moderna.

III. O mundo contemporâneo é cada vez mais um mundo maquinofaturado. O número de mediações entre o indivíduo, como consumidor ou mero contemplador, e os objetos é crescente. Por definição, a quantidade de informação, de conhecimento, embutido em cada espaço do mundo humano é cada vez maior. A proliferação dos meios de divulgação, pondo à disposição do grande público grandes quantidades de informação, ainda que segmentadas, e também o fato de que os jovens universitários de hoje possuem em termos absolutos mais conhecimento do que os jovens de, digamos, quarenta anos atrás, pode induzir à errônea concepção de um processo de democratização do saber que, em algum ponto furtivo do futuro, tornaria a todos mais ou menos sábios. Há um processo em curso na ciência que desautoriza completamente tal entendimento.

A radicalização do processo de divisão do trabalho intelectual produziu duas consequências similares às aquelas ocasionadas pela divisão social do trabalho: crescente especialização, acompanhada do problema da integração, e vertiginoso aumento de produtividade. Os efeitos de segunda ordem da divisão do trabalho intelectual referem-se, pela via da especialização, à condição babélica em que se encontra a comunidade científica, na qual a taxa de desentendimento coletivo está positivamente asso-

ciada às taxas de esclarecimento individuais: quanto mais um grupo de cientistas aprofunda seu conhecimento de certo objeto, menos consegue comunicar-se com outros grupos.

Já pela via do aumento da produtividade os efeitos parecem indicar uma associação diversa entre o coletivo e o individual, posto que o acúmulo de saber proporcionado pela adição ininterrupta de descobertas e resultados faz do conhecimento específico individual uma fração cada vez menor da totalidade do saber disponível: quanto mais complexo e extenso é o conhecimento absoluto da humanidade, maior é a ignorância relativa do indivíduo. Sob certos aspectos, para cada área de conhecimento cujo progresso já tenha adquirido velocidade babélica todos os demais segmentos da comunidade científica são, *tal como os não cientistas*, leigos, ignorantes.

Se se admite a hipótese de que a taxa de crescimento do conhecimento aumentou em relação à taxa prevalente nos primeiros cem anos da revolução industrial, e se se admite também que as transformações organizacionais e pedagógicas não alteraram substancialmente a capacidade do sistema escolar em difundir os avanços científicos pelas novas gerações, então é de se esperar crescente hiato entre o que o sistema educacional dissemina sistematicamente como ciência e o estado efetivo do conhecimento em diferentes campos.

Que dizer desses fenômenos em relação às universidades dos países em desenvolvimento, nos quais a taxa de apropriação do que existe está permanentemente em atraso? Será a especialização tecnológica desejável, como foi no passado a especialização em um produto primário? A transnacionalização da cultura, na sequência da transnacionalização da produção, constitui a restauração de Babel. Resta saber se acrescentaremos um dialeto próprio à confusão geral ou se só conseguiremos imitar ruídos, robôs, retóricas, restos. ■